

## A MÁQUINA, O CORPO E O OUTRO: A INTERNET COMO MEIO E COMO MEDIUM NOS MOVIMENTOS DE PROTEÇÃO ANIMAL

Milla Benicio Câmara  
[millabenicio@yahoo.com.br](mailto:millabenicio@yahoo.com.br)  
<http://lattes.cnpq.br/9263988405842947>

A animalidade é, social e filosoficamente, uma das manifestações mais radicais da alteridade. O princípio de incerteza que rege esse imaginário vincula-se metaforicamente a quase todo comportamento humano tido como incompreensível, anormal, obscuro. Segundo Jean Baudrillard, a lógica da animalidade é aquela “da exclusão, da reclusão, da discriminação e [...] faz com que toda a sociedade acabe por alinhar [essa lógica] pelos axiomas da loucura, da infância, da sexualidade e das raças inferiores” (BAUDRILLARD, 1991, P.167).

Conforme uma segunda interpretação etimológica da palavra **obscuro**, essa alteridade apresenta-se também como algo que está fora de cena. A marginalização da questão animal é indissociável de sua invisibilidade, e, por isso, os movimentos de proteção animal (o Greenpeace como maior exemplo, com manifestações **espetaculares** contra o extermínio de baleias, a ferra do boi, a pesca de arrasto, etc.) vêm tentando justamente trazer esse outro à luz, em uma sociedade que privilegia a comunicação em seu sentido informacional, em detrimento do comunitário<sup>1</sup>. Essa é uma das faces de uma questão maior que aqui se oferece e que guiará nossas reflexões ao longo deste artigo: quais as relações entre cognição e ação no âmbito da proteção animal geradas pelas novas tecnologias comunicacionais, mais especificamente a internet?

A expressão **sociedade espetacular**, cunhada por Guy Débord na década de 60, pode ser um ponto de partida para tal reflexão, pois aponta para a profunda mudança operada nas formas tradicionais de sociabilização a partir da evolução tecnicista dos meios de comunicação. Nesse tipo de sociedade, o critério da verdade passa a ser o registro imagético dos eventos, obscurecendo, e muitas vezes tornando invisíveis,

---

<sup>1</sup> Segundo Muniz Sodré, em *Antropológica do Espelho*: “À aceleração do processo circulatório dos produtos informacionais (culturais) tem-se chamado de *comunicação*, nome de velha cepa que antes designava uma outra idéia: a vinculação social ou o ser-em-comum, problematizado pela dialética platônica, pela *koinonia politiké* aristotélica e, ao longo dos tempos, pela palavra *comunidade*.” (SODRÉ, 2002, p. 15)

aqueles que não passam pela mídia. Contudo, segundo Débord, a “aparência fetichista de pura objetividade nas relações espetaculares esconde o seu caráter de relação entre homens e entre classes” (DÉBORD, 1992, p. 17).

A sociedade do espetáculo é, portanto, inseparável da midiaticização, definida por Muniz Sodré, em **Antropológica do espelho**, como

uma ordem de mediações realizadas no sentido da comunicação entendida como processo informacional, caracterizada por uma espécie de prótese tecnológica e mercadológica da realidade sensível, denominada *medium* (SODRÉ, 2008, p. 21).

O **medium** seria, assim, um fluxo comunicacional comprometido com determinados aspectos da vida social, que faz com que uma parte dessa vida aparente abarcar sua totalidade, valendo-se de um dispositivo ideológico que diz que o real pode ser esgotado pelo conhecimento técnico.

Ao longo da evolução midiática, não apenas a grafia, como o significado do termo **espetacular** tornou-se muito próximo de outro, **especular**, já que ambos fazem alusão ao desenvolvimento tecnicista e ao domínio da imagem sobre a matéria. Nesse processo, conforme a observação de Débord, o desenvolvimento tecnológico legitima a confusão entre os efeitos de real (aparência fetichista de pura objetividade) e a realidade em si (relação entre homens e classes). Apresenta-se, no processo de cognição construído por meio das novas tecnologias, apenas o aspecto técnico dos dispositivos midiáticos, ocultando, sob a forma da eficiência dos meios, sua dimensão social, que está sempre aliada a um tipo de hegemonia. Simula-se, portanto, o mecanismo especular, nos termos de Sodré:

O espelho é, na História humana, a prótese primitiva que mais se assemelha ao *medium* contemporâneo, guardadas as devidas diferenças. É que o espelho – superfície capaz de refletir a radiação luminosa – traduz reflexivamente o mundo sensível, fechando em sua rasa superfície tudo aquilo que reflete. O *medium* por sua vez, *simula* o espelho, mas não é jamais puro reflexo, por ser também um condicionador ativo daquilo que diz refletir. (Ibidem, p. 21)

O **espelho** midiático faz mais do que gerar reflexos: ele produz novos parâmetros para a constituição das subjetividades. Como intermediárias do processo perceptivo, as **próteses tecnológicas** analisadas por Muniz Sodré (o **medium**) não apenas apresentam o real referido, mas principalmente ajudam a constituí-lo e a valorá-lo. As mídias lineares

(cinema, rádio, televisão) o fazem basicamente por meio de representações fincadas nas coordenadas espaço-temporais do real-histórico. Existe, nesse caso, uma encenação da **vida real**, procura-se criar um efeito de coincidência entre o que está dentro e fora da mídia. Há uma relação de contiguidade na passagem de um plano a outro. Sodré compara tal transi o   cinta de Moebius, em que   possível se passar diretamente da superfície interna para a externa. Nesse tipo de m dia, não há, portanto, uma ruptura radical com a percep o convencional do espaço e do tempo, embora pensadores, como Walter Benjamin, já apontassem seu caráter revolucionário nesse sentido<sup>2</sup>.

Já a novíssima m dia em rede  , segundo Sodré, “uma realidade de um espaço artificial, não-físico, não-geográfico [...]”. Não   mais o conceito tradicional de imagem (reprodu o analógica ou sombra técnica de um referente situado no real-histórico)” (Ibidem, p. 76). Ela cria uma ambiência particular, pois a imagem   substituída pela visualiza o: a figura digital   formada por matrizes matemáticas, e não por códigos figur veis no mundo concreto. O autor prossegue em sua análise:

Nesse novo ordenamento do mundo, na verdade um novo modo de contabiliza o do real, a tecnologia configura-se como uma espécie de nova “natureza”, não só porque dela prov m os objetos que compõem o ambiente ou o mundo vital de hoje, mas também porque ela se impõe como uma ordem de determina es praticamente absoluta. Na alimenta o, no cotidiano, na saúde, na organiza o do trabalho, nas esperanças do prolongamento do tempo de vida, a tecnologia reduz a esfera do indeterminado, do que não depende da a o humana. (Idem)

Se por um lado, essa imersão na tecnologia reduz a esfera do indeterminado<sup>3</sup>, por outro, as possibilidades inauguradas pelo próprio desenvolvimento técnico tensionam

---

<sup>2</sup> Cito: “Veio então o cinema, que fez explodir esse universo carcerário com a dinamite dos seus décimos de segundo, permitindo-nos empreender viagens aventurosas entre as ruínas arremessadas   distância. O espaço se amplia com o grande plano, o movimento se torna mais vagaroso com a câmera lenta.   evidente, pois, que a natureza que se dirige   câmera não   a mesma que a que se dirige ao olhar.” (BENJAMIN, 1994, p. 189)

<sup>3</sup>   importante notar como, algumas vezes, o extremo de uma situa o a aproxima justamente de um quadro oposto. Para Baudrillard, a racionaliza o total da humanidade, isto  , a supressão de suas zonas de indetermina o, reproduz a rela o que travamos com os animais. “Esta prova, como outrora a da razão divina, precisa ser refeita continuamente e em toda a parte – neste sentido somos todos animais, e animais de laboratório, que são continuamente testados para se lhes extorquir comportamentos reflexos, que são outras tantas confissões de racionalidade em última instância. Em toda a parte a bestialidade deve ceder o

política e socialmente as hegemonias constituídas pela mídia. A vedete desse processo, a internet, oferece dispositivos cheios de potencialidades para a esfera midiática como meio (simples dispositivo difusor das informações) e como *medium* (aparato indissociável das transformações perceptivas). O que interessa a este artigo é justamente discutir as articulações constituídas pela *web* como meio e como *medium* entre a percepção e o ato na esfera da proteção animal.

Faz-se necessário alertar que as transformações nos modos de ver e de agir não estão inteiramente constituídas, e que as mídias em rede devem ser antes classificadas como uma evolução das tecnologias lineares do que como uma revolução em relação a elas, por terem atualmente um compromisso maior com o desenvolvimento tecnológico do que com a mudança nas estruturas de poder. Ainda predominam os paradigmas da velocidade, da inovação e do consumo. O virtual constitui-se, pois, como uma expansão da própria linguagem técnica.

É preciso, no entanto, explorar as brechas existentes no seio das hegemonias constituídas na e pela mídia, e na internet essas brechas são cada vez maiores. Como meio de comunicação, a rede vem se abrindo às vozes marginais, permitindo um discurso mais pluralista, ao desestabilizar as oposições entre receptor e produtor no processo de difusão da informação.

O ambiente tendencialmente interativo, cooperativo e descentralizado da Internet introduz um componente inesperado e criativo nas lutas sociais da segunda metade dos anos 90. Partidos, sindicatos, organizações não-governamentais e até grupos guerrilheiros, ainda que eventualmente separados por estratégias e táticas de ação, descobrem no ciberespaço possibilidades de difundir suas reivindicações. E o que é desconcertante: sobrepujando os filtros ideológicos e as políticas editoriais da chamada grande mídia. (MORAES, 2009)

A interatividade constrói uma nova dinâmica de cognição, mais próxima da exploração do que da recepção passiva, o que se constitui em uma oportunidade para se repensar a lógica do agendamento midiático. Mesmo ao exercer uma função que consiste em apreender os **fatos**, os meios de comunicação, através de seus artefatos

---

passo à animalidade reflexa, exorcizando uma ordem do indecifrável, do selvagem, da qual precisamente os animais, pelo seu silêncio, continuam para nós a ser a encarnação. (BAUDRILLARD, 1991, p. 160)

tecnológicos, não se dissociam de uma microfísica do poder, ou seja, de disputas capilares que atravessam os discursos na busca pela hegemonia na difusão da(s) verdade(s). Segundo Michel Foucault, a “ ‘verdade’ está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apóiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem” (FOUCAULT, 2007, p. 14). Ou, nas palavras de Muniz Sodré, “a realidade de um objeto depende dos elementos culturalmente considerados como pertinentes para a sua apreensão” (SODRÉ, 2002, p. 140). Em geral, aqueles referentes à proteção animal não estão entre eles, por questões sociais, culturais e econômicas.

Esse é um ponto bem conhecido das ONGs que militam em favor dos direitos dos animais, dentre elas a WSPA (World Society for the Protection of Animals). Reconhecida como órgão consultivo pela ONU e pelo Conselho Europeu, ela é a maior federação de organizações de bem-estar animal do mundo. Conta com mais de 950 organizações afiliadas em 155 países, e faz um trabalho que abrange tanto o engajamento local quanto o envolvimento mundial. Em seu manual da afiliada, um documento que visa dar orientações aos protetores em esferas que vão desde assistência veterinária ao *lobby* político, encontra-se a preocupação com a visibilidade midiática e a consciência de uma *agenda-setting*: “um planejamento futuro eficaz pode assegurar que você use a mídia para os propósitos de sua própria missão, ao invés de ser usado pela mídia para se ajustar à agenda dela” (WSPA, 2009, p. 233).

A busca pela inserção de um discurso marginal, como o da proteção animal, na agenda midiática, nos faz refletir se existe um movimento de adesão ou de rompimento em relação à eleição de pautas promovida pela mídia. Com o surgimento da internet, essas questões se tornam ainda mais complexas, por uma aproximação cada vez maior entre as falas marginais e essa agenda midiática de difusão da informação. Isso se deve, principalmente, a três características básicas da rede: a exploração seletiva, a interatividade e a dinâmica antitotalizante.

Em primeiro lugar, a *web* não tem uma programação<sup>4</sup> predefinida, seu conteúdo é explorado pelos usuários a partir de afinidades seletivas. A hipertextualidade da rede

---

<sup>4</sup> Devemos ressaltar que o termo “programação” se refere, neste contexto, à emissão de programas a partir de uma grade de horários. Essa é uma observação significativa já que não podemos isentar a internet de um

permite um caminho de leitura, de pesquisa, e, portanto, de aquisição de conhecimento mais livres do que os oferecidos por um plano de programas. Ao pular de uma página a outra, aqueles que têm um engajamento com a causa animal se **esbarram** em diversos sítios voltados para esse tema, organizando, de certa forma, um grupo de debate difuso, sempre pronto a se desfazer e a se refazer em torno de uma mesma questão.

A interatividade é essencial para a construção do processo acima descrito, tanto no que diz respeito a uma cognição mais ativa, quanto ao fato de que, nesse caso, o receptor da informação não se isola, ao contrário, ele se torna um produtor em potencial. É desse modo que surgem movimentos de mobilização em massa na internet, com denúncias, correntes, abaixo-assinados, fóruns online, etc. A figura dos usuários está mais próxima de pontos de contato dessa imensa malha comunicacional do que de terminais de informação plugados na rede. Desse modo, cria-se uma dinâmica antitotalizante.

Nasce, assim, um novo tipo de combate social: o ciberativismo. Pela pluralidade dos discursos e pelo intercâmbio intenso de experiências e de informações, a rede oferece aos internautas causas para todos os tipos e gostos. Se nos interessa analisar a potencialidade desse tipo de ação para a defesa do radicalmente outro constituído pelo animal, é preciso também questionar a efetividade desse tipo de ação. A militância via internet pode ser esvaziada na medida em que se afasta de uma realidade concreta ou enriquecida conforme se estimula a proximidade de pessoas espalhadas por todos os cantos do planeta ao redor de uma bandeira em comum. Não devemos, pois, perder de vista essa ambiguidade (potência/ fragilidade).

No caso da proteção animal, a cibermilitância é crescente, e com ela, aparecem seus problemas e benefícios. Por um lado, o ativismo na *web* desperta os **ciberchatos**, que, a despeito de seu distanciamento com a causa no espaço real, aliviam sua consciência com comodidade disparando inúmeros *emails* que apelam para a piedade. Luc Boltanski nos mostra um dos problemas suscitados por esse tipo de conduta:

---

outro tipo de programação, como àquela que diz respeito aos processos de hierarquização existentes nas ferramentas de busca.

[...] dizer às pessoas o quanto alguém se sentiu tocado pelo espetáculo do sofrimento distante não é em si suficiente para satisfazer a necessidade de engajamento ativo. Por enquanto, o engajamento, e o engajamento político em particular, é sempre mediado pelo discurso. Assim como o discurso que pode ser prontamente identificado como *efetivo*, há também aquele pejorativamente descrito como *meramente verbal*, como apenas palavras, com o propósito de mostrar que essas palavras não engajam de modo algum a pessoa que as expressa. (BOLTANSKI, 1999, p. xv-xvi)

Um outro ponto negativo é que esse **falatório**, que, como disse Boltanski, se mantém em um plano meramente verbal, além de ineficiente, pode banalizar a problemática do bem-estar animal por sua veiculação incessante. Nas palavras de Baudrillard: “num mundo em vias de não fazer mais nada além de falar, num mundo preso à hegemonia dos signos e do discurso, o seu silêncio (dos animais) pesa cada vez mais sobre a nossa organização do sentido” (BAUDRILLARD, 2001, p. 169).

Por outro lado, a rede pode ser um ponto de apoio para um trabalho efetivo com os animais, e um espaço para divulgação de experiências, dúvidas, eventos, denúncias, enfim, um espaço aberto para um tema que reúne cada vez mais vozes em torno de si, vozes, no entanto, “minoritárias, frágeis, marginais, com pouca segurança em relação ao seu discurso, ao seu direito de discursar e à implementação de seu discurso dentro do direito, dentro de uma declaração de direitos” (DERRIDA, 1999, p. 277)

De fato, na tradição filosófica ocidental, o animal foi relegado às margens, em uma cisão que manteve o homem no centro, no topo, no foco. Como Jacques Derrida aponta, o próprio vocábulo **animal** é empobrecedor e homogeneizante, pois agrupa em uma única categoria uma grande diversidade de seres, apagando a textura, a aspereza do outro. Uma problemática que, como veremos adiante, está manifesta não só na dicotomia entre homem/animal, mas também naquela entre sujeito/objeto.

A questão da nomeação do animal pelo homem remonta às narrativas fundadoras do Ocidente, que ligaram a figura do animal subjugado à sua incapacidade de pensar e de falar como os homens. Desde Aristóteles criou-se, então, uma linha de separação entre o ser humano e os demais seres viventes. Segundo Platão, essa linha de separação comportaria uma falta lógica, cuja origem estaria no *logos*, isto é, na capacidade de pensar e de falar. O *logos* sempre levaria à autoveneração daquele que fala, resumindo a

busca do outro ao encontro de si mesmo. Isso mostra que o antropocentrismo vincula-se intimamente ao logocentrismo.

Esse movimento de valorização do homem pela linguagem foi estimulado pela separação metafísica inaugurada por Platão entre o corpo e a alma, isto é, entre o instinto e a consciência, lançando as bases da filosofia moderna ocidental, que teve em Descartes, com seu conceito do animal-máquina, seu máximo representante. A máquina liga metaforicamente o animal a um modo de ser totalmente automatizado, sem vontade ou autonomia, com um papel traçado pela natureza ou manipulado pelo ser humano. É a tentativa de transformar um ser vertiginosamente outro em um objeto codificável pelo conhecimento humano. Segundo Armelle le Bras-Chopard:

O animal é então definido como uma máquina com um mecanismo bem lubrificado, sem alma, esse “a mais” imaterial, que é o que precisamente distingue o homem, também provido de corpo. É ao homem que se abre a possibilidade de seguir com sua empreitada de dominação, sem solicitar o aval de Deus, segundo a famosa fórmula do *Discurso do Método* de tornar-se “mestre e dono da natureza”. (LE BRAS-CHOPARD, 2000, p.14)

A dicotomia entre racionalidade e autonomia humana *versus* instinto e automatismo animal é crucial na formação do corpo moderno, afastado da animalidade e de suas zonas de indeterminação. A consciência, encarnada na figura do sujeito e eximida de lacunas, furos, incoerências, é legitimada como a responsável pela apreensão de uma realidade simplificada e tornada objeto. Somos, assim, levados de volta à discussão do que não se dá a ver, do que não se apreende: o outro, nesse caso, o animal, ou seu apagamento.

Seria interessante, então, pensarmos esse apagamento em dois níveis: um deles referir-se-ia a uma espécie de marginalização midiática, a partir da crença de que a tecnologia diminui a distância entre o real e sua apreensão pelo sujeito. Esse predomínio da midiatização nas relações sociais naturalizaria a ausência de determinados temas no debate social. O outro nível, anterior a esse, seria aquele de esvaziamento do outro, tornado objeto, por um sujeito da razão e do conhecimento. Nas palavras de Muniz Sodré:



Sujeito não significa necessariamente o indivíduo – é, antes, o suporte estável e universal das representações – mas designa sempre a esfera do humano e suas relações histórico-culturais, onde reina como entidade onipotente, garantida por uma “tecnologia” do conhecimento intitulada razão. Objeto, o que se lança à frente do sujeito, tem como referência as coisas inertes ou assujeitadas do mundo. Uma barreira ontológica separa as duas esferas no interior do paradigma epistemológico (conhecer implica separar, compartimentalizar, fragmentar) [...]. (SODRÉ, 2002, p. 93)

Segundo Baudrillard, quando submetemos os animais a experiências em laboratório, exigimos deles a confirmação de um princípio de objetividade, um princípio que, na verdade, não se encontra neles, mas em nós. Retomando o pensamento platônico esboçado no início deste trabalho, a própria linguagem humana envolve esse olhar para o outro a partir de si. “É preciso fazer os animais dizer que eles não o são, que a bestialidade, a selvageria, com o que elas implicam de ininteligibilidade, de estranheza radical para a razão, não existe” (BAUDRILLARD, 2001, p. 159).

O filósofo Martin Heidegger demonstrou o papel essencial que a técnica exerceu na formação desse sujeito moderno, e na criação da dicotomia sujeito/objeto (reforçando, por consequência, outras, como consciência/corpo, homem/animal). Segundo o autor, a modernidade funda seu modo de ser quando, em sua relação com o mundo, o homem vê a natureza como um setor de sua representação. “Trata-se da forma de desencobrimento da técnica que o desafia a explorar a natureza, tomando-a por objeto de pesquisa até que o objeto desapareça no não-objeto da disponibilidade.” (HEIDEGGER, 2007, p. 22)

Nesse pequeno trecho extraído de *A questão da técnica*, Heidegger já aponta para o domínio da disponibilidade, que, segundo ele, culminará na perda da humanidade, quando ela própria se puser à disposição da técnica. É o momento em que, na busca humana pelo controle, o grande sujeito passa ser a técnica, e o homem, um reflexo de sua ação. Vivemos, com efeito, em uma era em que as fronteiras entre sujeito e objeto começam a se dissipar, com homens que se coisificam, e coisas que se humanizam.

É essencial, nesse contexto, investigarmos se a dissolução desses limites caminha para um horizonte negativo, conforme a visão heideggeriana, ou se existem pontos positivos nesse movimento. É preciso se pensar as questões ligadas às novas

tecnologias a partir de seus impactos na construção das subjetividades. Conforme a visão de N. Katherine Hayles:

Não lamento pela morte de um conceito tão profundamente ligado a projetos de dominação e opressão. Ao invés disso, vejo o momento presente como um ponto crítico quando intervenções devem ser feitas para evitar que o desligamento do corpo seja reescrito, mais uma vez, dentro dos conceitos predominantes de subjetividade. Eu vejo a desconstrução da subjetividade humanista liberal como uma oportunidade de trazer de volta à cena a carne que continua a ser apagada nas discussões contemporâneas sobre subjetividades cibernéticas. (HAYLES, p.5)

A discussão trazida por Hayles tem toda pertinência dentro do nosso projeto de pesquisa, já que propõe a reescritura desse corpo afastado da natureza, **desanimalizado** e cada vez mais artificial. Cabe a nós investigar a efetividade da desconstrução desse sujeito humanista liberal<sup>5</sup> e detectar as possibilidades de construção de novos modos de ser mais comprometidos com o radicalmente outro. Para tanto, podemos pôr em questão os efeitos da internet como **medium**, isto é, como mais uma prótese tecnológica da realidade (assim como são as mídias lineares, mas com dispositivos de outra ordem).

Como visto anteriormente, de diferentes formas, no pensamento de Débord, Sodré e Heidegger, a inserção do homem em uma sociedade regida pela ideologia tecnicista acaba por culminar em sua automatização. Se antes a **coisificação** humana não era tão explícita, com as tecnologias de rede ela fica evidente, segundo Arlindo Machado:

Ademais, se ainda poderia parecer um pouco forçada a ideia de que o corpo observador, nos antigos aparatos de visualização, estaria se tornando um aparato desses componentes e economias, não há como discordar do fato de que o novo observador, ligado umbelicalmente ao computador, nos dispositivos de realidade virtual, e com o corpo

---

<sup>5</sup> Derrida alerta que os discursos que se propuseram a uma desconstrução do sujeito não levaram o projeto a cabo, como é o caso de Lacan, Althusser, Foucault, Heidegger, Freud, Marx e Nietzsche. Para o autor, o sujeito pode ter sido “reinterpretado, ressituated, reescrito, mas certamente jamais liquidado” (DERRIDA & WEBER, 1992, p. 271). Todos esses discursos trouxeram “o inevitável retorno de uma distinção dogmática entre a relação em si *humana*, quer dizer, a de um ente capaz de consciência, de linguagem, de uma relação com a morte como tal, etc. e uma relação em si *não-humana*, incapaz do *como tal* fenomenológico” (Ibidem, p. 283). A conclusão a qual chegamos é de que a subjetividade acaba por ser estruturada, em última instância, nas distinções entre homem e animal, estando a possibilidade de sua desconstrução também nesses termos.

literalmente coberto de próteses, encarna até as últimas consequências esse novo sujeito alinhado às máquinas, colocado a operar como uma de suas partes e cujas atividades dependem de processos automáticos de codificação e regulamentação. (MACHADO, 2002, p. 234)

Por um lado, a *web* parece representar o triunfo final da máquina sobre o corpo, já que o “virtual aponta para uma hipertrofia da mente, para uma espécie de realidade sem corpo” (SODRÉ, 2002, p. 146). Destaca-se, nesse aspecto, a forte presença do **tecnonarcisismo**, termo cunhado por Sodré para designar a “dissolu o da identidade própria em fun o de um outro-de-si no espelho” (Ibidem, p. 158), isto  , o enfraquecimento do sujeito concreto (e de seus laços políticos, afetivos,  ticos com o real-histórico) em favor de um simulacro tecnológico. Aqui o indivíduo ainda se situa na esfera do particular, mas não por sua singularidade, e sim por sua participa o no funcionamento do sistema. Perde-se com isso, na constitui o da subjetividade, a dimensão irredutível da alteridade.

As interven es nos corpos e nas identidades podem ser tão grandes que alguns autores, como Hayles, já os posicionam no campo do pós-humano. Segundo ela, as características envolvidas na passagem do *Homo sapiens* para o pós-humano estariam mais vinculadas   constru o de subjetividade do que   presença de componentes não-biológicos. “O corpo tem sido sistematicamente subestimado e apagado na constru o cibernética do pós-humano de um modo nunca antes visto em outras críticas do sujeito humanista liberal” (HAYLES, p. 4).

Esse esfacelamento do corpo pode, portanto, pôr em xeque a constru o do sujeito humanista liberal, por lidar com uma rela o simbólica que já sabemos ser poderosa: aquela entre homem e máquina, o que implica repensar os limites entre sujeito e objeto, e em decorrência, entre o homem racional, animado pela alma, e o animal-máquina, só corpo. Sugere-se, de certo modo, com isso, uma forma de decadência da metafísica, que pode amenizar o peso da tradi o na constru o de novos modos de ser no mundo. Um passo importante para a liberta o do pensamento humano. Nas palavras de Nietzsche: “não importa o quão longe ou o quão rápido se corra, essas correntes [a tradi o] o acompanham [o homem]” (NIETZSCHE, 2009, não paginado), o que significa que os conceitos cristalizados convertem-se em verdadeiras amarras na busca por outras

modalidades da existência. Devemos nos perguntar se vivemos de fato um momento de cúmulo, de tabula rasa, o que aponta para o fim e também para um recomeço.

Segundo Muniz Sodré em palestra, “a história jamais conheceu a 25ª hora do desespero” (SODRÉ, 2009, p. 25), uma situação extrema tende a resolver-se pelo fim ou por um salto, por uma ruptura. Como nos informa Paula Sibilia, “alguns observadores do fenômeno contemporâneo aludem a um certo **neocartesianismo high-tech**, no qual a velha oposição **corpo-alma** corresponderia ao par **hardware-software**” (SIBILIA, 2003, p.93). Nesse caso, com o adensamento da dicotomia corpo-alma, a questão do corpo tenderia a se resolver por seu fim, com o advento do **homem pós-orgânico**, termo cunhado pela própria autora para designar esse afastamento radical, pela tecnologia, do homem em relação ao corpo tal como o concebemos até agora.

Em uma outra perspectiva, podemos apontar para a retomada deste pela chamada **sociedade de risco**, conceito criado por Ulrich Beck. Essa noção se refere à consciência contemporânea de que as fontes de riqueza, de poder e de saber “estão ‘poluídas’ por ‘perigosos efeitos colaterais’, cada vez mais comuns” (BECK, 2003, p. 20). A cultura do risco põe em questão a própria possibilidade de abolição do corpo, pois, em um discurso ora apocalíptico em relação ao futuro, ora nostálgico em relação ao passado, demonstra que ainda é impossível ao homem prescindir de um meio ambiente.

Por se tratar de um tema muito atual, é impossível definirmos quais dessas tendências serão dominantes no futuro. Somos capazes apenas de detectar as inquietações, os questionamentos, o imaginário de nossa época. Voltando a Sibilia:

Talvez as diferentes culturas [...] não se definam tanto pelo conjunto de conhecimentos e saberes que elas produziram, mas pelas inquietações e perguntas que permitiram formular. Hoje podemos levantar algumas questões que em outras épocas teriam sido impensáveis. Por exemplo: ainda é válido – ou sequer desejável – persistirmos dentro das margens tradicionais do conceito de **homem**? Ou, pelo contrário, seria talvez preciso reformular essa noção herdada do humanismo liberal e inventar novas possibilidades que estão se abrindo? O que é aquilo que estamos nos tornando? O que gostaríamos de nos tornar? São perguntas de alto conteúdo político, cujas respostas não deveriam ser livradas ao acaso. (SIBILIA, 2003, p.18)

Propomos justamente recolocar essas perguntas no âmbito da proteção animal, buscando traçar as possibilidades e as dificuldades desse movimento, em meio ao

presente desenvolvimento técnico e às subjetividades dele resultantes. Para investigar o imaginário da nossa sociedade, podemos partir da própria cultura da mídia, que não é apenas produtora de tendências sociais, mas também sintomática das disposições culturais. Para Douglas Kellner, devido “à proximidade que mantêm com as condições sociais em que surgiram, os textos populares da mídia constituem um acesso privilegiado às realidades sociais de sua era” (KELLNER, 2001, p.143). A rejeição da cultura de massa, tal como proposta pelas teorias clássicas da Escola de Frankfurt, revela-se, deste modo, inapropriada, já que a cultura da mídia estabeleceu-se como espaço de hegemonia, mas também de resistência, reproduzindo em seus objetos, a construção social simbólica.

A temática da definição dos limites do homem em seu relacionamento com a técnica (que, muitas vezes, desemboca numa reflexão sobre animalidade) está presente em muitos objetos culturais. Segundo Sibilia, o cinema “é um catalisador privilegiado desta problemática” (SIBILIA, 2003, p. 92). De fato, se atentarmos para a produção cinematográfica das últimas décadas, perceberemos que ela já aponta para novas dinâmicas entre os registros humano e maquinao (o livro *Technophobia!: science fiction visions of posthuman technologies* demonstra as transformações desse imaginário desde *Metrópolis*, de Fritz Lang, a *Matrix Revolutions*, dos irmãos Wachowsky); humano e animal (*Sete Vidas*, curta-metragem de Marcelo Spomberg e Zé Mucinho); e humano, maquinao e animal (*Mistérios e Paixões*, *eXistenZ*, *A Mosca*, de David Cronenberg).

O despertar para as questões referentes à animalidade não acontece apenas no cinema, mas também em programas de televisão (*Late Show*), rádio (*Trilha Animal*, que vai ao ar pela *Rádio Nacional de Brasília*, pela *Rádio Nacional da Amazônia*, pela *Rede Nacional de Rádio* e pelo site [www.radiobras.gov.br](http://www.radiobras.gov.br)), matérias em periódicos impressos (“Família Animal”, matéria de capa na revista *Veja* de julho de 2009) ou televisivos (no *Fantástico* são recorrentes quadros sobre animais, abordando temas que vão desde o comportamento até o direito destes, por exemplo **Animais viram celebridades e Imagens mostram maus-tratos a animais em circos**), programas de auditório (**Cachorrada**, no **Domingão do Faustão**, **Dr.Pet** no **Domingo Espetacular**), em *reality shows* (no programa **A Fazenda**, os participantes interagem com bichos como vacas,

galinhas, cavalos, ovelhas, sempre por meio de uma relação de respeito e cuidado), em programas jornalísticos (o *Globo Repórter* tem inúmeros programas dedicados a animais, como **Cavalos crioulos são personagens da história do Uruguai** ou **Vida de bicho no zoo de São Paulo é um luxo**) e até mesmo na publicidade (*Pedigree: Adotar é tudo de bom.*), sem contar com o *Animal Channel*, um canal voltado apenas para a vida animal.

Os produtos culturais têm suas origens e efeitos dentro de contextos sócio-políticos específicos, pois encenam o terreno de lutas existente na esfera simbólica de determinada sociedade. Talvez as produções acima citadas já estejam alinhadas a um movimento de reaproximação do corpo e da animalidade, latente em muitos objetos midiáticos, mas ainda não totalmente manifesto na contemporaneidade.

O que vem acontecendo em pequena escala – e que devemos intensificar – é a retomada das eternas questões sobre os limites do homem em relação ao animal, sem o recurso a fórmulas ultrapassadas ou a ideais nostálgicos. É preciso que haja uma reconstrução das relações do ser com o outro dentro de um contexto irreversível de aceleração tecnológica. A questão não está, portanto, em “apagar o limite, mas em multiplicar suas figuras, em complicar, espessar, delinear, dobrar, dividir a linha, fazendo-a justamente crescer e se multiplicar”. (DERRIDA, 1999, p. 280)

Interessa-nos pensar o papel da internet nesse movimento cada vez mais ambíguo de percepção da alteridade. O que importa, portanto, é investigar em que medida o movimento de proteção animal pode se beneficiar com o adensamento das novas tecnologias: a internet é capaz de sensibilizar mais pessoas em relação à causa animal e penetrar em seus espaços, obscurecidos pela mídia e abandonados pelo Estado?

É essencial que consigamos descobrir novos caminhos para que a rede se torne um meio essencial à veiculação de um novo modo de ser, que nasce, em meio a outros, desse *medium* cibernético, e siga uma direção diferente do tecnonarcisismo por meio da ressingularização da identidade a partir do olhar para o corpo e para o outro. Seja ele humano ou não.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUDRILLARD, Jean. Os Animais. Território e metamorfoses. In: *Simulacros e Simulação*. Lisboa: Relógio d'Água, 1991, p. 159-173.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política: Obras Escolhidas*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1996. v. 1.
- BOLTANSKI, Luc. *Distant Suffering – Morality, Media and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- COX, Janice H. (comp.). *Manual da afiliada*. [S. l.]: WSPA, 2009. 1 CD.
- DÉBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- DERRIDA, Jacques. L'animal que donc je suis. In: *L'animal autobiographique*. Paris : Galilée, 1999.
- DERRIDA, J. e WEBER, E. Il faut bien manger ou le calcul du sujet. In: *Points de suspension*. Paris: Ed. Galilée, 1992. p. 269-300.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- FONTANEY, Elizabeth de. *Le Silence Des Bêtes – La philosophie à l'épreuve de l'animalité*. Paris : Fayrad, 1998.
- HEIDEGGER, Martin. A Questão da Técnica. In: *Ensaio e Conferências*. Tradução de Emmanuel Carneiro Leão, Gilvan Fogel, Márcia Sá Cavalcanti Schuback. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007, p. 11-38.
- KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia*. Bauru: EDUSC, 2001.
- LE BRAS-CHOPARD, Armelle. *Le Zoo des Philosophes. De la bestialisation à l'exclusion*. Paris : Plon, 2000.
- MACHADO, Arlindo. A emergência do observador. *Galáxia*, São Paulo, v. 3, p. 227-234, 2002.
- MORAES, Dênis de. *Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na Internet*. Disponível em: <http://www.saladeprensa.org/art156.htm>. Acessado em: 04 jul. 2009.
- NIETZSCHE, Friedrich W. *Unzeitgemäße Betrachtungen*. Disponível em: <http://www.nietzsche.tv/unzeitgemaesse-betrachtungen.html>. Acessado em: 11 jul. 09.
- PLATÃO. *Diálogos. O banquete – Fédon – Sofista – Político*. Traduções de: José Cavalcanti de Souza; Jorge Paleikat; João Cruz Costa. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho. Uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. *O bios midiático na cena social contemporânea*.

[http://www.revistapesquisa.fapesp.br/pdf/revolucao\\_genomica/muniz.pdf](http://www.revistapesquisa.fapesp.br/pdf/revolucao_genomica/muniz.pdf)

#### **SOBRE A AUTORA**

Bacharel em Comunicação Social (UFRJ), Pós-graduada em Língua Francesa e Literaturas Francófonas (UFF), Mestre em Teoria Literária (UFRJ), Doutoranda em Comunicação e Cultura (UFRJ). Professora Celetista do Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro.